

III – O princípio da publicidade, no processo, sofre restrições, porque há necessidade de se preservar a intimidade e privacidade do indivíduo.

- Apenas as afirmações I e II são corretas.
 - Apenas as afirmações I e III são corretas.
 - Apenas as afirmações II e III são corretas.
 - Todas as afirmações são corretas.
40. São características da jurisdição:
- substitutividade, inércia e definitividade.
 - in delegabilidade, inércia e substitutividade.
 - investidura, inafastabilidade e definitividade.
 - substitutividade, inevitabilidade e definitividade.

Errata – Prova “C”: Há duas questões na prova “C”, que foram numeradas como “38”. Senhor candidato, conforme orientação dos fiscais de sala no dia e local da prova, considere: onde se lê: 38 – 38 – 40, leia-se 38 – 39 – 40.

GABARITO DA PROVA C

- 1–A; 2–A; 3–D; 4–C; 5–B; 6–B; 7 – C; 8 – D; 9-D; 10-C; 11–A; 12–B; 13–A; 14–C; 15–C; 16–D; 17-B; 18-D; 19-C; 20-A; 21-B; 22-ANULADA; 23-A; 24-A; 25-B; 26-B; 27-D; 28-C; 29-C; 30-A; 31-B; 32-D; 33-A; 34-B; 35-B; 36-C; 37-D; 38-D; 39-ANULADA; 40-A;

PROVA D

- A incapacidade, para menores, cessará:
 - pelo exercício de emprego público, ainda que temporário.
 - pelo casamento.
 - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, se o menor tiver dezesseis anos completos.
 - pela conclusão de qualquer curso de ensino superior.
- Sobre bens públicos, assinale a alternativa correta:
 - Os bens públicos de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
 - Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
 - O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito, mas não retribuído, ainda que estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- São pessoas jurídicas de direito público interno:
 - as associações.
 - as sociedades.
 - as fundações.
 - os Municípios.
- Assinale a alternativa correta sobre representação:
 - Os poderes de representação somente poderão ser conferidos pelo interessado.
 - É sempre anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
 - O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.
 - A manifestação de vontade pelo representante, mesmo não observando os limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- Sobre a prova é incorreto afirmar:
 - As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.
 - Não podem ser admitidos como testemunhas os menores de dezesseis anos.
 - A pessoa com deficiência não poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.
 - A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- Sobre a tutela do direito à imagem e os direitos a ele conexos, assinale a alternativa correta:
 - O Código Civil Brasileiro adotou os princípios da prevenção e da reparação.
 - A proteção à imagem é constitucionalmente tutelada e se sobrepõe ao direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa.
 - Não é possível a utilização de imagem alheia, sem a prévia autorização do interessado, ainda que necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública.
 - A utilização indevida da imagem gera direito à indenização, desde que a divulgação se destine a fins comerciais.
- Assinale a alternativa incorreta:
 - O negócio jurídico simulado é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
 - O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de arretrio.
 - Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- São causas que impedem ou suspendem a prescrição, exceto:
 - o poder familiar, entre ascendentes e descendentes.
 - a constância de sociedade conjugal, entre cônjuges.
 - a pendência de ação de evicção.
 - a incapacidade relativa.
- Assinale a alternativa correta:
 - O período de estágio no Ministério Público é de até três anos, com bolsa cujo valor é fixado por Ato do Procurador-Geral.
 - O período do estágio no Ministério Público é de até dois anos, com bolsa cujo valor é fixado por lei.
 - O período do estágio no Ministério Público é de até quatro anos, com bolsa cujo valor é fixado pelos vencimentos do Promotor de Justiça.
 - O período do estágio no Ministério Público é de até quatro anos, com bolsa cujo valor é fixado por lei.
- O estagiário será desligado do serviço público quando:
 - vier a ser reprovado em duas disciplinas curriculares do curso de bacharel de direito de sua faculdade.
 - vier a ser reprovado em apenas uma disciplina curricular do curso de bacharel de direito de sua faculdade.
 - vier a ser suspenso do curso de bacharel de direito pela faculdade por indisciplina, mesmo que a suspensão seja de apenas um dia.
 - estiver afastado do curso de bacharel de direito pela faculdade para tratamento de saúde.
- O Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo é composto pelo:
 - Procurador-Geral de Justiça, Corregedor Geral, seis Procuradores de Justiça e três Promotores de Justiça.
 - Procurador-Geral de Justiça, Corregedor Geral e mais seis Procuradores de Justiça.
 - Procurador-Geral de Justiça, Corregedor Geral, um Procurador de Justiça e um Promotor de Justiça.
 - Procurador-Geral de Justiça, Corregedor Geral e nove Procuradores de Justiça.
- Assinale a resposta correta:
 - O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado dentre os três Procuradores de Justiça mais antigos na carreira.
 - O Governador do Estado nomeará como Procurador-Geral de Justiça o mais votado por todos os integrantes da instituição, em eleição realizada internamente.
 - O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado, após receber lista dos três mais votados na eleição realizada internamente por todos os membros da instituição.
 - O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado, desde que tenha mais de vinte anos de carreira.
- As funções institucionais do Ministério Público só podem ser exercidas:
 - por integrantes da carreira, também compreendidos os oficiais de promotoria e analistas.
 - por integrantes da carreira, assim entendidos Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça.
 - por integrantes da carreira, também compreendidos os estagiários.
 - somente pelo Procurador-Geral de Justiça e aqueles que são por ele designados para força-tarefa específica.
- Assinale a alternativa incorreta:
 - As incumbências institucionais do Ministério Público, assim determinadas expressamente na Constituição Federal:
 - a defesa da ordem pública, da democracia e de todos os interesses do País.
 - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e indisponíveis.
 - a defesa da paz pública, do regime democrático e da probidade administrativa.
 - a defesa do Executivo, Legislativo e Poder Judiciário.
 - Assinale a alternativa incorreta:
 - O Procurador de Justiça integra o Ministério Público dos Estados.
 - O Procurador do Trabalho integra o Ministério Público do Trabalho.
 - O Procurador do Município integra o Ministério Público dos Estados.
 - O Procurador-Geral da República representa o Ministério Público Federal.
- São princípios constitucionais do Ministério Público:
 - inamovibilidade, investidura e a retribuição de vencimentos.
 - indisponibilidade, unidade e a inamovibilidade.
 - irretribuição de vencimentos, inamovibilidade e vitaliciedade.
 - unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- Examine as seguintes situações processuais e determine quais princípios processuais dizem respeito a cada uma:
 - O promotor de justiça obteve liminar, na ação civil pública, obrigando o Município a assistir as mulheres grávidas infectadas com o vírus “Zika”.
 - Durante sessão do Tribunal do Júri, o réu negou ser o autor do homicídio, pois estaria viajando para o Nordeste, e seu advogado, ainda, sustentou que ele agiu sob violenta emoção.
 - O juiz não autorizou a quebra do sigilo bancário, porque considerou suficiente o conteúdo dos documentos juntados: holerites e extratos de despesas dos cartões de crédito.
 - da ação, da ampla defesa e da persuasão racional.
 - da indisponibilidade da ação, do contraditório e da livre investigação das provas.
 - da indeclinabilidade, do contraditório e da persuasão racional.
 - da ação, da ampla defesa e do impulso oficial.
 - Marque que fenômeno processual ocorreu, nas seguintes situações:
 - “A” (domiciliado em Presidente Prudente) ajuizou ação de investigação de paternidade em face de “B”, em Pinhalzinho - onde mora “B”; e “A”, ainda, ajuizou ação de alimentos em face de “B”, em Presidente Prudente, porque “B” trabalha nesta cidade. O juiz de Presidente Prudente determinou que fosse redistribuído o feito a Pinhalzinho, cujo juiz aceitou a reunião dos processos.
 - “C” foi denunciado por uso de receitas médicas falsas, para justificar ausências ao seu trabalho, perante o juiz da 32ª Vara Criminal de São Paulo; e “C”, também, foi denunciado perante o juiz da 26ª Vara Criminal de São Paulo, pois, com base nestas mesmas receitas médicas, falsas, obteve o ressarcimento integral destas consultas de sua seguradora.
 - Conflito de jurisdição e conflito de competência.
 - Prorrogação de competência e continência.
 - Conflito de atribuição e conflito de competência.
 - Conflito de jurisdição e prorrogação de competência.
 - Para postular em juízo é necessário ter:
 - maioridade civil e residência fixa.
 - interesse e legitimidade.
 - domicílio e legitimidade.
 - competência e interesse.
 - Assinale a alternativa que não guarda pertinência com o fenômeno processual de prorrogação de competência:
 - Conexão.
 - Continência.
 - Preclusão.
 - Prevenção.
 - A função estatal desenvolvida pelos órgãos judiciários de “administração pública de interesses privados” refere-se à:
 - arbitragem.
 - competência.
 - gratuidade da justiça.
 - jurisdição voluntária.
 - Assinale a alternativa em que não é obrigatória a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica:
 - Processos que envolvam interesse público ou social.
 - Processos que envolvam interesse de incapaz.
 - Litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
 - Feitos com participação da Fazenda Pública.
 - Considere as afirmações abaixo:
 - O mesmo fato pode ter reflexo nas esferas administrativa, penal e cível.
 - O acesso à Justiça sempre está condicionado à contratação de advogado ou assistência de defensor público.
 - III – O princípio da publicidade, no processo, sofre restrições, porque há necessidade de se preservar a intimidade e privacidade do indivíduo.
 - Apenas as afirmações I e II são corretas.
 - Apenas as afirmações I e III são corretas.
 - Apenas as afirmações II e III são corretas.
 - Todas as afirmações são corretas.
 - São características da jurisdição:
 - substitutividade, inércia e definitividade.
 - in delegabilidade, inércia e substitutividade.
 - investidura, inafastabilidade e definitividade.
 - substitutividade, inevitabilidade e definitividade.
 - Assinale o período que contém incoerência em sua redação:
 - O réu não preenche requisitos para a substituição da pena, pois é reincidente específico.
 - Está comprovado o concurso de pessoas, pois a vítima afirmou que eram três os agentes.
 - A enorme quantidade de drogas variadas é indicativa de que o réu é traficante.
 - A participação do adolescente resultou demonstrada, porque os objetos foram apreendidos no interior do veículo.
 - Assinale a alternativa que contém erro quanto ao emprego da preposição:
 - O prédio está situado na avenida Tiradentes.
 - Eles ingressaram na residência e roubaram tudo o que lá havia.
 - O réu dormiu no volante e não viu o acidente.
 - Ninguém sabe aonde ele foi.
 - Indique a sequência que preenche corretamente as lacunas do texto abaixo:

Enquanto isso, o comparsa observava ___ distância a ação dos demais agentes que, visando ___ subtração de bens alheios, invadiram ___ casa e depois fugiram no veículo que estava estacionado ___ cinco metros dali.

 - à, à, a, a.
 - à, a, à, a.
 - a, à, a, à.
 - a, a, à, à.
 - Assinale, gramaticalmente, a alternativa correta:
 - Conforme mandato judicial, presto as informações, sobre ter instaurado inquérito policial, paraquirir se o meliante subjulgou a vítima, a fim de subtrair seus pertences.
 - “Nada que opor” foi a cota lançada pelo promotor, para assentir ao prosseguimento da ação proposta por associação de alunos, que se insurgiu contra o aumento das mensalidades determinado pela Fundação.
 - Vossa Excelência errastes, pois determinou a citação sem que se emendasse a petição inicial.
 - Manipulada a fórmula pela funcionária, com luvas, não se alastrou o perigo dela se contaminar.
 - Assinale a alternativa correta:
 - Eles saíram meio bravos.
 - Já é meio-dia e meio.
 - Incrível seria se ele aparecesse.
 - Acessorar político é tarefa para poucos.
 - Assinale a colocação pronominal correta:
 - Que a vingança seja-lhe doce!
 - Far-se-ão filas para idosos e crianças que reunir-se-ão de frente à assembleia.
 - Nem lhe foi solicitado, mas ele se exibiu diante do público.
 - O réu fugiu, assim que a viatura policial aproximou-se.
 - Considere as afirmações abaixo:
 - As regras de lei penal no tempo serão aplicadas quando duas ou mais leis, que tratam do mesmo assunto, sucederem-se, desde a prática de um delito até mesmo depois de transitada em julgado uma condenação.
 - novatio legis in pejus retroage.
 - o abolição criminis extingue os efeitos penais e extrapenais da condenação.
 - lei excepcional, mesmo que extinga um delito, não segue a regra da retroatividade benéfica.
 - As afirmações I e III são corretas e as demais falsas.
 - As afirmações I e II são corretas e as demais falsas.
 - As afirmações I e IV são corretas e as demais falsas.
 - Todas as afirmações são corretas.
 - Para fim de cálculo prescricional, no direito penal, é correto afirmar:
 - Considera-se suspenso o cálculo durante feriados.
 - Exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do final.
 - Inclui-se o dia do final e a hora exata a ser declarada extinta a punibilidade pelo juiz.
 - Considera-se o calendário comum, gregoriano, não importando o número de dias diversos de cada mês.
 - Assinale a alternativa correta:
 - Imprudência é uma modalidade da culpa, que se verifica pela omissão.
 - Na culpa inconsciente, o agente podia prever o resultado, mas não o fez.
 - É possível responsabilizar o agente por crime preterdoloso, mesmo que não seja apurada a culpa no resultado agravador.
 - Se ‘A’, dirigindo seu veículo em alta velocidade, mata o pedestre ‘B’, que, contudo, atravessava fora da faixa de pedestres, é possível eximir parte da responsabilidade de ‘A’ dada a impudência de ‘B’.
 - ‘A’ deseja matar ‘B’, seu irmão. Muito preparado, ‘A’ mira acreditando ser a pessoa de ‘B’ em meio a uma reunião, numa praça, e efetua um disparo. Posteriormente, vem saber que a pessoa que matou apenas se parecia com ‘B’. Ainda assim, é informado que ‘B’ estava ali perto e também foi atingido pelo disparo, sofrendo lesões corporais. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:
 - ocorreu o erro sobre a pessoa, também denominado aberratio ictus, previsto no artigo 73 do Código Penal.
 - ‘A’ responde pelo homicídio e pelas lesões corporais, em concurso material de crimes.
 - a hipótese trata do chamado erro de tipo essencial.
 - quanto ao homicídio, ‘A’ responde com a agravante genérica de ter cometido esse crime contra irmão, mesmo tendo atingido pessoa diversa.
 - Em relação à aplicação da pena privativa de liberdade no Brasil, é correto dizer que:
 - adotamos o sistema trifásico, iniciado pela análise da pena-base, seguida das causas de diminuição e aumento de pena e, por fim, atenuantes e agravantes genéricas.
 - as atenuantes genéricas permitem que o juiz diminua a pena aquém do mínimo legal.
 - é possível diferenciar uma causa especial de aumento de pena de uma agravante genérica pela previsão legal de um quantum a ser considerado pelo juiz.
 - concorrendo circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas, deve sempre prevalecer a circunstância atenuante.
 - Sobre culpabilidade, é incorreto afirmar:
 - A coação física irresistível afasta a culpabilidade.
 - A teoria da actio libera in causa permite a punição de autor que comete delito embriagado culposamente.
 - A inimputabilidade por doença mental não pode ser, por si só, o fundamento para o pedido de arquivamento do inquérito policial.
 - A maioridade penal deve ser observada no momento da ação ou omissão, nunca do resultado.
 - Considere as afirmações abaixo:
 - Legítima defesa e estado de necessidade são espécies de excludentes da antijuridicidade.
 - É possível agir em legítima defesa ou em estado de necessidade de terceiro.
 - É possível tanto legítima defesa real recíproca quanto estado de necessidade recíproco.
 - No estado de necessidade o perigo deve ser inevitável, na legítima defesa basta que a agressão seja injusta.
 - Apenas as afirmações I, II e III são corretas.
 - Apenas as afirmações I, II e IV são corretas.
 - Apenas as afirmações I e II são corretas.
 - Todas as afirmações são corretas.
- Assinale a alternativa correta:
 - O iter criminis tem uma fase interna e três fases externas.
 - No Brasil, nenhum ato preparatório pode ser considerado crime.
 - Tentado é o crime que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, tenha ou não esgotado seu potencial ofensivo.
 - O arrependimento posterior é o ato do agente que, tendo esgotado seu potencial ofensivo, evita que o crime se consuma.
- São princípios limitadores do poder punitivo estatal:
 - Legalidade, intervenção mínima, fragmen-tariedade e da ofensividade.
 - Reserva legal, irretroatividade da lei penal, adequação social e consunção.
 - Proporcionalidade, especialidade, irretroatividade da lei penal e legalidade.
 - Intervenção mínima, anterioridade, ofensividade e alter-natividade.
- Quanto à classificação das infrações penais, assinale a alternativa correta:
 - De acordo com o Código Penal, considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção e/ou multa.
 - Considera-se contravenção a infração a que a lei comina, isoladamente ou não, penas de prisão simples, multa e restritiva de direitos.
 - Crimes são espécies do gênero contravenções penais.
 - O critério distintivo entre as infrações penais é dado pela cominação ou não de pena de multa.

GABARITO DA PROVA D

- 1-B; 2-B; 3-D; 4-C; 5-C; 6-A; 7-B; 8-D; 9-A; 10-A; 11-D; 12-C; 13-B; 14-B; 15 – C; 16 – D; 17-A; 18-B; 19-B; 20-C; 21-D; 22-D; 23-ANULADA; 24-A; 25-D; 26-C; 27-A; 28-B; 29-A;

30-C; 31-C; 32-D; 33-B; 34-D; 35-C; 36-A; 37-B; 38-ANULADA; 39-A; 40-A

nº 505/2016 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, convida os Procuradores e Promotores de Justiça integrantes da Procuradoria de Justiça Criminal para reunião ordinária mensal, no Auditório Luis Felipe França Ramos, no Edifício Sede do Ministério Público, à Rua Riachuelo, 115, 9º andar, Centro, no dia 17-11-2016, às 11h, com a seguinte pauta:

- Leitura, discussão e submissão da ata da reunião anterior à aprovação;
- Relatório de distribuição do mês de outubro;
- Comunicações do Secretário-Executivo;
- Comunicações dos Procuradores de Justiça que integram Órgãos da Administração Superior do Ministério Público;
- Outros assuntos de interesse da Procuradoria de Justiça Criminal.

nº 506/2016 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Direitos Sociais, AVISA aos Membros do Ministério Público com atuação na área de saúde pública sobre o 6º Seminário Estadual Água e Saúde “Segurança Hídrica e Proteção da Saúde”, a ser realizado nos dias 09 e 11-11-2016, no Auditório do SESC Jundiá, localizado à Avenida Antônio Frederico Ozanan, 6.600, Jardim Botânico, Jundiá, São Paulo. O evento tem a organização do Centro de Vigilância Sanitária, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e do Comitê Permanente para Gestão Integrada da Qualidade da Água. O Público Alvo contará com a presença de profissionais das diferentes esferas do Sistema Único de Saúde e dos órgãos de Meio Ambiente, de Saneamento e de Recursos Hídricos, estudantes e pesquisadores das universidades, representantes da sociedade civil, além de especialistas de outras instituições públicas e privadas que tenham interface com o tema. Inscrições e informações através do email: sama@cvs.saude.sp.gov.br, ou diretamente pelo link: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/agenda_det.asp?ag_codigo=1702&te_codigo=publico.

nº 507/2016 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Direitos Sociais, AVISA aos Membros do Ministério Público com atuação na área de saúde pública sobre o Simpósio “Judicialização da Saúde: contexto e implicações para os serviços públicos de saúde”, a ser realizado no dia 18-11-2016, no Auditório da Cidade Judiciária, Avenida Francisco Xavier Arruda Camargo, 300, Jardim Santana, Campinas, São Paulo. O evento tem a organização do Hospital de Clínicas da Unicamp – Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde, do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de Campinas. Maiores informações através do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do HC-Unicamp, pelo email: nats@hc.unicamp.br.

IX - ATOS ADMINISTRATIVOS DO PGJ

IX Atos Administrativos do PGJ

Portaria do Procurador-Geral de Justiça de 7-11-2016
Nomeando, nos termos do art. 20, II, da LC. 180/78, e à vista de habilitação em concurso público homologado em 15/9/2016, os aprovados em concurso público abaixo relacionados, constantes da Lista Especial e Lista Geral de Classificação para exercerem em caráter efetivo e em Jornada Completa de Trabalho, os cargos de Oficial de Promotoria I, Padrão A-01, Carreira II, a que se refere o art. 5º, da LC. 1.118/2010, do QPMP classificadas na Procuradoria Geral de Justiça, criados pela Lei 15.309/2014

ÁREA REGIONAL DE BAURUI:

Lista Especial de Classificação
Everton Leme Sobrinho - 345035161
Lista Geral de Classificação
Alex da Silva Rodrigues - 467891473.

CONSELHO SUPERIOR

Aviso 268/16 - CSMP, de 7-11-2016

O Conselho Superior do Ministério Público Aviso, nos termos do artigo 228 de seu Regimento Interno, e para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei 7.347, de 24-07-1985, que em sua Secretaria se encontram à disposição das associações legitimadas, pelo prazo de 10(dez) dias, os seguintes procedimentos:

MEIO AMBIENTE

Nº MP: 14.0155.0001123/2014-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: CAO CÍVEL e PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

Tema: ÁREAS CONTAMINADAS

Assunto: DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO

Nº MP: 14.0155.0004098/2014-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: EX OFÍCIO e CASA DE REPOUSO MISGAV LTDA

Tema: ENTIDADE DE ATENDIMENTO AO IDOSO

Assunto: APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 14.0155.0004113/2014-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: JOSÉ ANTONIO RODRIGUES e 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Tema: PARCELAMENTO DO SOLO

Assunto: DESDOBRAMENTO DE LOTES

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 14.0155.0004907/2014-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: TAMIRIS MUNIZ SILVA e PMG

Tema: INFRAESTRUTURA URBANA

Assunto: PAVIMENTAÇÃO

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0000483/2016-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: CAO JAQUELINE GIULIETTI e AVERIGUAR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL

Assunto: CONSUMIDOR

Nº MP: 14.0161.0000815/2014-0 - 4 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: PT 69236/14 - PEDRO NICOLAU B LANE, PLANO DE SAÚDE PLAMTEL A 9656, TELEFONICA BRASIL S.A. e PT 69236/14 - PEDRO NICOLAU BLANE

Tema: SEGURO (S)

Assunto: CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0001090/2016-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: SECRETARIA DA FAZENDA - DRTC-III OF 0218/16 e AUTO POSTO AUGUSTA 70 LTDA

Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL

Assunto: